

DIRETORIA DE PESQUISA - DPE
COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS – CONAC

Sistema de Contas Nacionais - Brasil
Referência 2000

Nota metodológica nº 2

Estrutura do Sistema de Contas Nacionais
(versão para informação e comentários)

Versão 1

Introdução

Este texto apresenta a estrutura do Sistema de Contas Nacionais atualmente adotado pela maioria dos países e referenciado no manual SNA (1993) publicado pelas Nações Unidas em 1993.¹ Essa estrutura é adotada pelo IBGE desde dezembro de 1997 quando se publicou a primeira revisão do SCN com a introdução das recomendações internacionais mais recentes. Na nova série do SCN, a ser divulgada em março de 2007, é mantida a mesma estrutura até então adotada. Desta forma, o texto apresentado a seguir não se diferencia fundamentalmente daquele publicado na série de relatórios metodológicos.

Os trabalhos de cálculo de um sistema de contas nacionais (SCN) no IBGE estão divididos em duas grandes áreas. Cada uma produz agregados macroeconômicos sob óticas distintas, diferenciadas pela unidade de investigação, com vistas a atender interesses analíticos específicos. Assim, um grupo dedica-se à construção das relações técnico-econômicas do processo produtivo, produzindo as Tabelas de Recursos e Usos - TRUs onde o objeto de investigação é a unidade de produção. O agrupamento das unidades produtivas (empresas ou unidades locais), classificadas pela homogeneidade no processo produtivo, define os setores de atividades.

Outro grupo analisa o comportamento dos agentes econômicos, onde o interesse centra-se na distribuição e uso da renda e na acumulação de ativos. A unidade de investigação é a unidade institucional, caracterizada por autonomia de decisão e unidade patrimonial. Seu agrupamento, determinado pelo comportamento econômico principal, define os seguintes setores institucionais: empresas financeiras, empresas não-financeiras, administrações públicas, famílias e instituições privadas sem fins de lucro a serviço das famílias. Este grupo estuda, também, as relações do país com o resto do mundo.

¹ United Nations, World Bank, International Monetary Fund, Commission of the European Communities, Organization for Economic Cooperation and Development, "System of National Accounts 1993", NY, 1993.

1. Contas Econômicas Integradas - CEI

O SCN apresenta, por setor institucional, as contas correntes e a conta de acumulação, primeiro segmento das contas financeiras². A visão de conjunto da economia é fornecida pelas Contas Econômicas Integradas - CEI onde, numa única tabela, são dispostas, em colunas, as contas dos setores institucionais, do resto do mundo e de bens e serviços. Inclui, também, uma coluna para a soma dos setores institucionais, isto é, o total da economia onde os macro agregados são diretamente visíveis. Nas linhas figuram as operações, saldos e alguns agregados, descritos na coluna central da tabela.

As contas do resto do mundo são apresentadas do ponto de vista do resto do mundo.

Cabe a observação que na montagem da tabela síntese as colunas de bens e serviços são colunas especiais, funcionando como uma conta espelho da conta dos setores institucionais. No lado dos usos (esquerdo) aparece a oferta de bens e serviços enquanto no de recursos (direito) aparece a demanda de bens e serviços.

O esquema apresentado a seguir mostra a desagregação das contas, por operação, para cada setor institucional.

² O sistema completo prevê ainda as outras contas de acumulação – contas de outras variações no volume e conta de reavaliação – e conta de patrimônio – conta de patrimônio inicial, conta de variação de patrimônio e conta de patrimônio final.

Contas econômicas integradas

| Contas | Registros correspondentes à | | Setores institucionais | Códigos | Operações e saldos | Setores institucionais | Registros correspondentes à | | Contas |
|---|-------------------------------------|-------------------------|------------------------|--|---|------------------------|-----------------------------|---------------------------------|---|
| | Conta de bens e serviços (recursos) | Conta do resto do mundo | | | | | Conta do resto do mundo | Conta de bens e serviços (usos) | |
| Contas correntes (1 000 000 R\$) | | | | | Contas correntes (1 000 000 R\$) | | | | |
| Usos | | | | | Recursos | | | | |
| 1. Produção/ conta externa de bens e serviços | | | | P.7 Importação de bens e serviços P.6 Exportação de bens e serviços P.1 Produção P.2 Consumo intermediário D.21-D.31 Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos | | | | | 1. Produção/ conta externa de bens e serviços |
| 2.1.1. Geração da renda | | | | S.1 Valor adicionado bruto/Produto interno bruto S.11 Saldo externo de bens e serviços D.1 Remuneração dos empregados D.2-D.3 Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação | | | | | 2.1.1. Geração da renda |
| 2.1.2. Alocação da renda primária | | | | S.2 Excedente operacional bruto S.3 Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos) D.4 Rendas de propriedade | | | | | 2.1.2. Alocação da renda primária |
| 2.2. Distribuição secundária da renda | | | | S.5 Saldo das rendas primárias brutas/Renda nacional bruta D.5 Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc. D.61 Contribuições sociais D.62 Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie D.7 Outras transferências correntes | | | | | 2.2. Distribuição secundária da renda |
| 2.3. Redistribuição da renda em espécie | | | | S.6 Renda disponível bruta D.63 Transferências sociais em espécie | | | | | 2.3. Redistribuição da renda em espécie |
| 2.4. Uso da renda | | | | S.7 Renda disponível bruta ajustada S.6 Renda disponível bruta P.4 Consumo final efetivo P.3 Despesa de consumo final D.8 Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP | | | | | 2.4. Uso da renda |
| Contas de acumulação (1 000 000 R\$) | | | | | Contas de acumulação (1 000 000 R\$) | | | | |
| Variações de ativos | | | | | Variações de ativos | | | | |
| 3.1. Capital | | | | S.8 Poupança bruta S.12 Saldo externo corrente P.51 Formação bruta de capital fixo P.52 Variação de estoques K.2 Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não- D.9 Transferências de capital a receber D.9 Transferências de capital a pagar S.9 Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento S.10.1 Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e da transferência de capital | | | | | 3.1. Capital |

A conta de produção mostra o resultado do processo de produção - valor de produção, consumo intermediário e seu saldo o valor adicionado.

A conta de distribuição primária da renda subdivide-se em duas subcontas: a conta de geração da renda e a conta de alocação da renda primária. As rendas primárias são rendas recebidas pelas unidades institucionais por sua participação no processo produtivo ou pela posse de ativos necessários à produção.

A conta de geração da renda mostra como se distribui o valor adicionado entre os fatores de produção trabalho e capital e as administrações públicas. Esta conta registra, do ponto de vista dos produtores, as operações de distribuição diretamente ligadas ao processo de produção.

A conta de alocação da renda registra a parte restante da distribuição primária da renda, ou seja, as rendas de propriedade a pagar e a receber, bem como a remuneração dos empregados e os impostos, líquidos dos subsídios, a receber respectivamente pelas famílias e administrações públicas. Esta conta centra-se nas unidades institucionais residentes como receptoras de rendas primárias mais do que como produtores cujas atividades geram rendas primárias.

A conta de distribuição secundária da renda mostra a passagem do saldo da renda primária de um setor para renda disponível, após o recebimento e pagamento de transferências correntes, exclusive as transferências sociais em espécie. Essa redistribuição representa a segunda fase no processo de distribuição da renda.

A conta de redistribuição do renda em espécie leva à fase seguinte do processo de redistribuição da renda. Mostra como a renda disponível das famílias, das instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias e das administrações públicas se transforma em renda disponível ajustada, pela receita e pagamento de transferências sociais em espécie. As empresas financeiras e não- financeiras não estão envolvidas nesse processo, por não receberem transferências em espécie.

A conta de uso renda desdobra - se em conta de uso da renda disponível e conta de uso da renda disponível ajustada pelo valor das transferências em espécie, de forma a explicitar a despesa de consumo e o consumo efetivo dos setores.

A primeira tem como objetivo mostrar como as famílias, as instituições sem fins lucrativos e as administrações públicas alocam sua renda disponível em consumo e poupança. Parte-se da renda disponível e as despesas de consumo aparecem sendo realizadas pelos setores que efetivamente despenderam os recursos. As despesas de consumo individual das administrações públicas e das instituições privadas sem fins lucrativos são as relativas às transferências sociais em espécie para as famílias.

A conta de uso da renda disponível ajustada parte da renda disponível ajustada, onde as transferências sociais foram recebidas pelas famílias das administrações públicas e das instituições privadas sem fins lucrativos. Assim, o consumo das famílias está acrescido das transferências sociais em espécie a fim de se registrar o consumo final efetivo.

Deve-se notar que a poupança, saldo da conta de uso da renda, não se altera em função de seu desdobramento.

Sendo a poupança o saldo final das operações correntes constitui, naturalmente, o ponto de partida da contas de acumulação. A conta de capital, primeira deste conjunto, registra as operações relativas às aquisições de ativos não-financeiros e às transferências de capital que implicam em redistribuição de riqueza; seu saldo é a capacidade/necessidade líquida de financiamento.

As operações entre residentes e não-residentes, chamadas de operações externas da economia, são agrupadas na conta do resto do mundo.

2. Tabelas de Recursos e Usos (TRU)

São constituídas pelas tabelas de recursos de bens e serviços, composta por três quadrantes, e de usos de bens e serviços, subdividida em quatro quadrantes, conforme mostra a figura abaixo:

TABELAS DE RECURSOS E USOS

| I - TABELA DE RECURSOS DE BENS E SERVIÇOS | | |
|---|------------------------|------------------------|
| OFERTA | PRODUÇÃO | IMPORTAÇÃO |
| A | = A₁ | + A₂ |

| II - TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS | | |
|--|------------------------|------------------------|
| OFERTA | CONSUMO INTERMEDIÁRIO | DEMANDA FINAL |
| A | = B₁ | + B₂ |

| COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO |
|---------------------------------|
| C |

A tabela de recursos de bens e serviços, tabela I, discrimina a origem dos produtos em nacional e importado. O primeiro quadrante (A) apresenta a oferta global a preços de mercado e a preços básicos, as margens de comércio e transporte e os impostos e subsídios associados a cada produto. A produção das atividades especificadas por produto forma o segundo quadrante (A1) desta tabela. Por fim, no terceiro quadrante (A2) são apresentadas, em uma coluna, as importações e, em outra, as operações de produtos sem emissão de câmbio.

A tabela de usos de bens e serviços, tabela II, apresenta o equilíbrio entre oferta e demanda, assim como as estruturas de custos das atividades econômicas detalhadas por produto. No primeiro quadrante (A) repete-se o vetor da oferta total, a preços do consumidor. O quadrante B1 apresenta os insumos utilizados na produção de cada atividade. O quadrante seguinte (B2) apresenta os bens e serviços que se destinam à demanda final: consumo final das famílias e das administrações públicas, formação bruta de capital fixo, variações de estoques e as exportações. O

último quadrante (C) mostra os demais custos de produção - remuneração dos empregados e os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção, que não incidem diretamente sobre o produto - , finalizando com o rendimento misto bruto e o excedente operacional bruto. Como informação complementar, é apresentado o total de pessoal ocupado em cada atividade.

O principal objetivo das tabelas de recursos e usos é a análise dos fluxos de bens e serviços e dos aspectos básicos do processo de produção - estrutura de insumos e estrutura de produção de produtos por atividade e a geração da renda. Resultam, portanto, dois elementos fundamentais na sua construção: atividades (conjuntos de agentes do processo de produção) e produtos (conjunto de bens e serviços).

A unidade básica considerada na análise do processo de produção é a unidade produtiva (estabelecimento ou unidade local), definida como o local físico onde se realiza uma única atividade econômica. As atividades são compostas a partir da agregação de estabelecimentos com estruturas relativamente homogêneas de consumo e produção. Em alguns casos a unidade de produção coincide com a empresa; quando, no entanto, esta tem uma produção diversificada é desmembrada em estabelecimentos, podendo cada qual ser classificado numa atividade distinta. Por outro lado, mesmo desenvolvendo uma única atividade, os estabelecimentos podem produzir acessoriamente, por necessidade de ordem técnica ou questões de mercado, produtos típicos de outras atividades; neste caso, os estabelecimentos são classificados em função de sua produção principal, resultando, assim, uma produção secundária de produtos não-característicos de sua atividade principal.

3. Os agregados

Os agregados do Sistema são indicadores de síntese e grandezas-chave para os objetivos da análise macroeconômica e para comparações no espaço e no tempo.

Alguns agregados podem ser obtidos diretamente como totais de operações particulares, como o consumo, a formação bruta de capital fixo e as contribuições sociais. Outros podem resultar da adição de saldos dos setores institucionais, como o valor adicionado, o saldo das rendas primárias, a renda disponível e a poupança. São apresentados a seguir os principais agregados do sistema.

- **Produto Interno Bruto (PIB)**

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescido dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o PIB é igual a soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual a soma das rendas primárias. Portanto o PIB pode ser expresso por três óticas:

1. do lado da produção - o PIB é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.
2. do lado da demanda - o PIB é igual a despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços.
3. do lado da renda - o PIB é igual a remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

- **Renda Nacional Bruta (RNB)**

A Renda Nacional Bruta a preços de mercado, ou Produto Nacional Bruto (PNB), é a soma das rendas primárias a receber pelos setores institucionais residentes. Assim, a RNB é igual ao PIB menos as rendas primárias a pagar, líquidas das a receber, das unidades não-residentes (resto do mundo).

- **Renda Nacional Disponível Bruta (RNDB)**

A Renda Nacional Disponível Bruta expressa a renda disponível da nação para consumo final e para poupança. É igual a RNB mais os impostos correntes sobre a renda e o patrimônio líquidos, recebidos do exterior, mais as contribuições e benefícios sociais e outras transferências correntes líquidas, recebidas do exterior.

- **Poupança Bruta**

A poupança bruta é igual a RNDB menos o consumo final.

A poupança bruta é, também, igual a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais a variação de ativos, líquida de passivos, financeiros.

- **Despesa Nacional Bruta (DNB)**

A Despesa Nacional Bruta é igual a formação bruta de capital mais o consumo final.

- **Capacidade/Necessidade Líquida de Financiamento**

A capacidade/necessidade líquida de financiamento é igual a poupança bruta mais as transferências de capital líquidas, a receber do exterior menos a formação bruta de capital fixo menos a variação de estoques.

As dúvidas e sugestões devem ser enviados para o e-mail da Coordenação de Contas Nacionais:
conac@ibge.gov.br